

Em frente, não para trás

Ideias radicais para repensar a cultura depois da Covid-19

Mafalda Dâmaso

Como o reconhecido académico Raymond Williams escreveu em 1976, a palavra cultura é uma das mais complexas da língua inglesa. Uma das razões que explicam essa complexidade é a origem da palavra. Cultura deriva do francês *culture*, que por sua vez advém do latim *colere*: nutrir, crescer, cuidar, proteger, honrar. Por outras palavras, a cultura não é apenas um sector de actividade ou, como os antropólogos a definem, uma maneira de ser colectiva. É também uma prática do cuidar.

Em 2020, enquanto vivemos uma pandemia global, o sector cultural implode em todo o mundo, com apenas algumas excepções — como a Alemanha e a França, cujos governos prometeram programas de investimento massivos para apoiar estruturas culturais construídas ao longo de décadas. Além-fronteiras, artistas, músicos, actores, bailarinos, gestores culturais e cidadãos organizam-se para pressionar as suas autoridades locais, regionais, nacionais e transnacionais e proteger o sector. Por seu lado, os governos começam a tentar responder a milhares de pedidos desesperados de ajuda financeira. Embora apagar este incêndio seja — é claro — a prioridade, há uma questão que continua sem resposta: quando a pandemia terminar, que sector cultural queremos?

Neste texto, irei sugerir três princípios para responder a esta pergunta. No entanto, antes de mais é importante lembrar qual era a situação anterior à pandemia. Na União Europeia, após 10 anos de austeridade ou baixos níveis de investimento, as políticas culturais e o financiamento nesta área tenderam a privilegiar a construção de equipamentos em vez de desenvolvimento de competências; centralização urbana ao invés de uma provisão cultural descentralizada, projectos pontuais e efémeros em detrimento de projectos a longo prazo. Prevaleceu, portanto, a lógica do espectáculo sobre a dos processos e das relações. Com apenas algumas excepções, as políticas e estratégias culturais anteriores ao Covid-19 eram de curto prazo, desiguais e insustentáveis.

Agora, urge salvar as nossas instituições culturais e apoiar os seus profissionais. Isto é crucial. E quando a pandemia terminar, devemos repensar as políticas e as estratégias culturais que sustentam o sector.

Proponho então três ideias para redefinir radicalmente as políticas e o financiamento cultural: investimento cultural impulsionado pelas suas formas de impacto, uma moeda cultural virtual, e o reconhecimento da cultura como chave de transição para o desenvolvimento sustentável.

1. Objectivos, não números

Durante as últimas décadas, os debates culturais tenderam a apresentar, em dicotomia, a mesma discordância: um lado da barricada acredita que o financiamento cultural deve apoiar o que se considera ser as melhores práticas culturais, independentemente da procura pública; o outro lado tende a apoiar o financiamento das práticas culturais preferidas pela população. Embora existam prós e contras em ambas as abordagens, a redefinição da pergunta pode ajudar-nos a encontrar uma solução.

A par do financiamento cultural limitado, a última década assistiu ao ressurgimento de debates sobre como a cultura pode contribuir para outros objectivos: da aprendizagem ao bem-estar, do turismo ao desenvolvimento urbano. Isso levou a aumentos ocasionais no investimento em estratégias culturais localizadas, cujos resultados foram avaliados com base em mudanças no número de espectadores ou participantes. O pressuposto subjacente a este processo é simples: o crescimento das audiências culturais apoia, indirectamente, outros sectores (educação, turismo, emprego ...) que assim também são fortalecidos.

Mas e se, em vez de nos focarmos no número de espectáculos organizados, de pessoas que entram em determinados espaços culturais, e de chamadas Zoom colocadas online, criarmos programas de investimento cultural dedicados a apoiar objectivos específicos de longo-prazo? Isso não quer dizer que outras formas de apoio se tornariam irrelevantes, mas que as formas de financiamento cultural seriam diversificadas. Se o nosso objectivo é desenvolver actividades culturais (por exemplo, um festival de música) num contexto específico cuja população raramente interage, isto é, com o objectivo de desenvolver relações novas ou inexistentes e fortalecer a sensação de comunidade, esse deve ser um dos nossos objectivos explícitos. Em vez de números, o nosso foco deve estar nos processos desencadeados e fortalecidos pela cultura. *Colere*: nutrir.

2. Uma moeda alternativa para o sector cultural

Nos últimos anos, uma das propostas mais inovadoras nas políticas culturais tem sido a de fornecer cheques culturais, segundo a qual indivíduos de grupos específicos adquirem a possibilidade de aceder a actividades culturais independentemente da sua condição sócio-económica. O problema com esta proposta é que, sem restrições ao seu uso, este financiamento pode reforçar os padrões de desigualdade existentes. Por outras palavras, os cheques culturais podem aumentar o consumo cultural que ocorreria de qualquer forma, criando uma linha de apoio público indirecto a, por exemplo, conglomerados de música e/ou a indivíduos de origens privilegiadas.

Em vez disso, se partirmos do princípio que o acesso à cultura é desigual e pela ideia de que o investimento no sector deve, por definição, tentar reduzir esses padrões de desigualdade, não basta ter o objectivo de aumentar o consumo cultural de indivíduos pertencentes a grupos específicos (a ideia por detrás dos cheques culturais). Pelo contrário, esta ideia deve ser combinada com o apoio a organizações culturais de pequena escala distribuídas no território que trabalham com o público numa lógica de longo prazo.

Sendo assim, faz mais sentido desenvolver uma moeda cultural virtual. Estas moedas complementam as moedas nacionais; como só podem ser gastas em entidades que as reconhecem, garantem uma circulação local ou nacional do dinheiro (ou, neste caso, de investimento público). Consequentemente, uma moeda cultural alternativa bloquearia o redireccionamento indirecto de apoio público para plataformas que não apenas competem com criadores independentes, mas também, em alguns casos, estão alojadas em paraísos fiscais. Estabelecer uma moeda cultural alternativa, desenvolver acordos com entidades culturais que trabalham com as suas comunidades e fornecer cartões virtuais carregados a indivíduos pertencentes a grupos específicos de cidadãos, contribuiria para o crescimento da procura pela cultura ao nível local, construindo um ecossistema cultural mais equilibrado. *Colere*: crescer.

3. O desenvolvimento sustentável é cultural

Os especialistas acreditam que os desequilíbrios ambientais que contribuíram para o desenvolvimento da Covid-19 podem ser reforçados por mudanças climáticas descontroladas. Por isso, o maior desafio que enfrentamos é transformar as nossas economias e construir sociedades que possam respeitar as metas do Acordo de Paris para o clima. No entanto, a importância da cultura nesta área nem sempre é reconhecida. Em 2015, os estados presentes na Assembleia Geral das Nações Unidas acordaram os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes 17 princípios permitirão que as sociedades alcancem metas de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, que o planeta prospere. Devem ser alcançados até 2030 e incluem fome zero, educação de qualidade, bem como a saúde e bem-estar, entre outros. Todavia, não incluem o acesso à cultura. Isto é, embora haja elementos culturais nos 169 objectivos específicos que compõem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, seria um exagero dizer que a cultura transpõe nesta lista como uma peça-chave na transição sustentável.

E, no entanto, a cultura – que nos permite reunirmo-nos para além dos nossos círculos familiares, sociais e profissionais, repensar o presente e reimaginar o futuro – é o catalisador ideal para o desenvolvimento sustentável ao ritmo acelerado exigido pelo Acordo de Paris.

Um relatório de 2015 dos académicos Joost Dessein, Katriina Soini, Graham Fairclough e Lumina Horlings identifica três formas de entender a relação entre cultura e sustentabilidade.¹A

¹ Ver

https://www.researchgate.net/publication/283273104_Culture_in_for_and_as_Sustainable_Development_Conclusions_from_the_COST_ACTION_IS1007_Investigating_Cultural_Sustainability

primeira considera o papel da cultura na sustentabilidade, ou seja, compreende a cultura como o quarto pilar para implementar o desenvolvimento sustentável ao lado de factores sociais, económicos e ambientais. A segunda perspectiva vê a cultura como um factor para a sustentabilidade, isto é, como a dimensão central através da qual os outros pilares interagem. O modelo final é a cultura como desenvolvimento, ou seja, a cultura como fundamento (e não apenas apoio ou catalisador) do desenvolvimento sustentável.

Se queremos imaginar e colocar em prática as políticas, as estruturas e o modelo de vida que nos permitirão respeitar o nosso planeta, isso exige uma mudança cultural global a uma velocidade e a um nível nunca antes vistos. A cultura é o que nos une, mas é também a abertura à experimentação, a formas de pensamento incorporado, a avançar apesar das incertezas. É o que nós devemos reaprender com urgência: *colere*, cuidar da terra.

Esta pandemia não é uma oportunidade. Causou e vai continuar a causar dor, desespero e pobreza, cuja memória nunca vai desaparecer. Mas quando o vírus estiver sob controlo, vamo-nos reunir novamente. E voltaremos a acreditar que o futuro está em aberto. Devemo-lo a nós mesmos. *Colere*: proteger, honrar.

Mafalda Dâmaso

Investigadora e professora em Cultura, Média e Indústrias Criativas (ensina o módulo Conflito, Diplomacia e Relações Internacionais, entre outros; MA Cultural e Creative Industries; MA Arts and Cultural Management; MA Global Media Industries), King's College London. Professora Associada em Soft Power e Diplomacia Cultural (MA Geopolítica e Relações Internacionais), do Institut Catholique de Paris; Bolseira de Investigação 2019-2021 no Centro de Diplomacia Pública, da Universidade do Sul da Califórnia. Especialista (Projeto: Ciência dos valores e identidade no processo político), do Centro Comum de Pesquisa, Comissão Europeia em cultura no grupo académico Next Left da Foundation for European Progressive Studies.

Going forward, not backward. Radical ideas to rethink culture after Covid-19

Mafalda Dâmaso

As academic Raymond Williams famously wrote in 1976, culture is one of the most complicated words in the English language. One of the reasons behind this complexity is the word's origin. Culture derives from the French, which in turn follows the Latin *Colere*: to nurture, to grow, to tend to the earth, to protect, to honour. In other words, culture is not only a sector of activity or, as anthropologists define it, a way of being. It is also a practice of care.

In 2020, as we live through a global pandemic, the cultural sector is imploding all around the world with only some exceptions – namely Germany and France, whose governments have promised massive investment programmes to support a cultural structure that was built over decades. Across borders, artists, musicians, actors, dancers, cultural managers and citizens have organised to lobby their local, regional, national and transnational authorities. On their side, governments are beginning to try to respond to thousands of desperate calls for financial help. Although putting out this fire is — of course — the priority, a question remains unaddressed: when the pandemic is over, what cultural sector do we want?

My goal with this text is to suggest three principles to answer this question. However, it is important to recall what the situation was just before the pandemic hit. In the European Union, after 10 years of austerity or low levels of investment, cultural policies and funding tended to prioritise buildings over investment in skills development, urban centres over decentralised cultural provision, projects rather than long-term stability. That is, the logic of the spectacle was prioritised over that of relationships. With only some exceptions, pre-Covid cultural policies and strategies were short-term, unequal and unsustainable.

Now, we must save our cultural institutions and support our cultural professionals. This is crucial. And when the pandemic is over, we must rethink the cultural policies and strategies that support the sector.

Below, I propose three ways to radically redefine cultural policies and funding: impact-driven cultural investment, a virtual cultural currency, and recognising culture as key for the sustainable development transition that is required.

1. Goals, not numbers

For decades, cultural debates have taken the share of different iterations of the same disagreement: one side of the barricade believes that funding should support what they see as the best cultural practices, independently of public demand; the other side tends to support funding the cultural practices that are preferred by the population. While there are pros and cons to both approaches, redefining the question may help us find an answer to it.

Alongside limited cultural funding, the last decade has seen the reemergence of conversations around how culture can contribute to other goals: from learning to wellbeing, from tourism to urban regeneration. This led to occasional increases in targeted local investment, which was evaluated based on shifts in audience numbers. The assumption underlying this process is straightforward: the expansion of cultural audiences indirectly supports other sectors (education, tourism, jobs...), which would also be strengthened in turn.

But what if, instead of focusing on the number of shows that are organised, the number of people that enter cultural buildings, the number of Zoom calls uploaded online, we create programmes of cultural investment that are dedicated to supporting our long-term goals? This is not to say that other forms of financial support would become irrelevant, but that the type of funding programmes would be diversified. If our goal is to develop cultural activities (for example, a music festival) in a specific context whose population rarely interacts, that is, with the aim of developing new or existing relationships and strengthening the local sense of community, that should be one of our explicit goals. Rather than numbers, our focus should lie on processes developed and nurtured by culture. *Colere*: to nurture.

2. An alternative currency for the cultural sector

In recent years, one of the most innovative proposals in cultural policy has been the idea of providing cultural cheques. According to the latter, individuals in specific groups are given access to cultural activities independently of their socioeconomic background. The problem with this proposal is that, without constraints to its use, such funding may reinforce existing patterns of inequality. In other words, cultural checks may reinforce cultural consumption that would take place in any case, creating a line of indirect public support to, for example, music conglomerates and/or individuals from privileged backgrounds.

Rather, if we start from the recognition that access to culture is unequal and that investment directed at supporting a lively cultural ecology should, by definition, aim to reduce such patterns of inequality, it is not enough to increase cultural consumption from individuals belonging to specific groups (the idea behind cultural checks). On the contrary, this should be combined with ring-fenced support to small-scale cultural organisations that employ staff throughout the territory and develop process-based work in a long-term approach.

In this logic, it makes more sense to support a virtual cultural currency. Complementary currencies supplement national currencies; since they can only be spent in designated entities that recognise them, they keep money (or, in this case, public investment) circulating locally or nationally. Therefore, an alternative cultural currency would block the indirect redirection of public expenditure towards platforms that not only compete against small creators but also, in some cases, are registered in tax havens. Setting up an alternative cultural currency, establishing agreements with cultural entities that work with their communities, and providing loaded virtual cards to individuals from specific groups would contribute to growth in demand for local cultural organisations, building a more balanced cultural ecosystem. *Colere*: to grow.

3. Sustainable development is cultural

Experts believe that the environmental disturbances that have contributed to the development of Covid-19 may be reinforced by uncontrolled climate change. Transforming our economies and building societies that can respect the targets of the Paris Agreement for climate is the biggest challenge that we face. However, the role of culture in this domain is rarely acknowledged. In 2015, states sitting in the United Nations General Assembly agreed on the Sustainable Development Goals. These 17 principles will allow societies to meet development goals while also allowing the planet to thrive. They are to be achieved by the year 2030 and include zero hunger, quality education, and good health and wellbeing, among others. Nonetheless, they do not include access to culture. That is, although cultural elements are included within the 169 specific targets that compose the Sustainable Development Goals, it would be an exaggeration to say that culture is perceived as a key actor in the sustainable transition.

And yet, culture – as that which allows us to come together beyond our family, social and professional circles, rethink our present and reimagine our future – is the ideal catalyst for development at the fast pace that is demanded by the Paris Agreement.

A 2015 report by academics Joost Dessein, Katriina Soini, Graham Fairclough and Lummina Horlings identifies three main ways to understand the relation between

culture and sustainability.² The first is culture *in* sustainability, which understands culture as the fourth pillar to implement sustainable development alongside social, economic and environmental actors. The second perspectives is that of culture *for* sustainability, which sees culture as the central dimension through which the other pillars interact. The final model is culture *as* development, that is, culture as the foundation for (and not merely as support for or the catalyst of) sustainable development.

If we are to imagine and put in practice the policies, the structures, the moves of living that will allow us to respect our planet, this requires global cultural change at a speed and level never seen before. Culture is that which connects us, but it is also openness to experimentation, embedded forms of thinking, moving forward despite uncertainty. It is what we, as humans, must urgently relearn: *colere*, to tend to the earth.

The pandemic is not an opportunity. It has caused pain, despair and destitution whose memory will never be erased. But when the virus is under control, we will gather again. And we will once again believe that the future is open. We owe it to ourselves. *Colere*: to protect, to honour.

Mafalda Dâmaso

Lecturer in Culture, Media and Creative Industries Education (teaching the module Conflict, Diplomacy and International Relations among others; MA Cultural and Creative Industries; MA Arts and Cultural Management; MA Global Media Industries), King's College London.
Associate Lecturer (ATER), Soft Power and Cultural Diplomacy (MA Geopolitics and International Relations), Institut Catholique de Paris (in French)
Research Fellow 2019–2021, Center on Public Diplomacy, University of Southern California
Expert (Project: Science of values and identity in the political process) – Joint Research Centre, European Commission and cultural expert in the Next Left academic group of the Foundation for European Progressive Studies.

²

https://www.researchgate.net/publication/283273104_Culture_in_for_and_as_Sustainable_Development_Conclusions_from_the_COST_ACTION_IS1007_Investigating_Cultural_Sustainability